

UNIDADE SESC EDIFÍCIO SEDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE AUDIO E VIDEO DA SALA DO CONSELHO DO EDIFÍCIO SEDE NO SESC EM MINAS

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO	MODALIDADE:	REGIME DE EXECUÇÃO:
Reforma	Menor preço global	Regime preço unitário

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	80 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da emissão do Termo de Início
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	180 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da assinatura do contrato

ANEXOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS AOS PROPONENTES:

- Caderno de Especificações
- Caderno de Planejamento
- Projeto Executivo
- Especificações do objeto e seus respectivos projetos
- Modelo Proposta de Preço

ELABORADO POR: BÁRBARA SOUSA MACHADO

DATA: 12/02/2025

CONTROLE DE REVISÕES

Revisão	Descrição	Data
00	Emissão inicial.	12/02/2025

SUMÁRIO

1.	OBJETO.....	3
2.	REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3.	ORÇAMENTO ESTIMADO.....	3
4.	PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	3
5.	SUBCONTRATAÇÃO.....	4
6.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	4
7.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	4
8.	GARANTIAS E SEGUROS	4
8.1.	GARANTIA A EXECUÇÃO	4
8.2.	SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
8.3.	SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO.....	5
9.	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
10.	REAJUSTE.....	6
11.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	6
12.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	6
13.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	6
13.1.	COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO	6
13.2.	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	7
13.3.	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	7
14.	VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS	7
15.	ORIENTAÇÕES GERAIS.....	8

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	GRD – Guia de Remessa de Documentos
APR – Análise Preliminar de Risco	IT – Instrução Técnica
ART – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)	MD – Memorial Descritivo
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros	NBR – Norma Brasileira Regulamentadora
CAT – Certidão de Acervo Técnico	NR – Norma Regulamentadora
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo	RDO – Relatório Diário de Obras
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas	SDAI – Sistema de detecção e alarme de incêndio
CNO – Cadastro Nacional de Obras	SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)
EAP – Estrutura analítica de projeto	SPDA – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
EPC – Equipamento de Proteção Coletiva	TR – Termo de Referência
EPI – Equipamento de Proteção Individual	
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social	

CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
TERMO DE REFERÊNCIA	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).
CADERNO DE PLANEJAMENTO	Informações de planejamento de execução do objeto (documentação de mobilização, cronograma de referência, horário de trabalho, planejamento do canteiro de obra, licenças necessárias etc.)

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos para modernização do sistema de áudio e vídeo da sala do conselho do Edifício Sede do Sesc em Minas, incluindo intervenções de civil e elétrica relativos ao serviço.

O Edifício Sede do Sesc em Minas está localizado na **Rua dos Tupinambás 956, Centro, Belo Horizonte – MG.**

O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos destinados à modernização do sistema de áudio e vídeo, conforme especificações estabelecidas no projeto executivo fornecido pela contratante. Os serviços a serem executados incluem, mas não se limitam a:

- Fornecimento e instalação dos equipamentos de áudio e vídeo, incluindo todos os acessórios necessários para seu correto funcionamento;
- Execução das intervenções civis e elétricas necessárias para a instalação dos equipamentos, garantindo a integração com a infraestrutura existente;
- Realização dos testes e comissionamento dos equipamentos instalados, assegurando seu pleno funcionamento e conformidade com os requisitos do projeto;
- Capacitação operacional para os responsáveis pelo uso dos sistemas, garantindo a correta utilização e manutenção dos equipamentos;
- A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as diretrizes do projeto executivo fornecido pela contratante, bem como as normas técnicas aplicáveis, garantindo a qualidade, a segurança e a eficiência do sistema instalado.

2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução do objeto será indireta através do **regime de preço unitário**.

O critério de julgamento será **pelo menor preço global**, conforme condições previstas neste documento.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 dias contados a partir de sua data de apresentação.

A proposta de preços da empresa deverá estar conforme o modelo disponibilizado junto à contratação. Esta consta automatizada para viabilizar o preenchimento dos valores unitários pela empresa em conformidade com os critérios de aceitabilidade e exequibilidade pertinentes à posterior validação da proposta, atrelados a conformidade das descrições, quantitativos, e, no caso de haver de planilha de referência, limitação dos valores unitários e totais no intervalo entre 75% e 100% dos de referência,

Demais condições devem ser observadas nas Condições Contratuais ou Minuta Contratual.

4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **20 (vinte)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **80 (cento e cinquenta)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**.

O prazo de vigência do contrato é de **180 (duzentos e setenta)** dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. SUBCONTRATAÇÃO

A contratada não poderá realizar subcontratação total ou de qualquer parcela do objeto deste Termo de Referência.

6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Não será exigida a qualificação econômico-financeira, visto que o limite de percentual máximo aceitável, não é representativo.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Não será exigida a demonstração de capacidade de execução destes itens por parte da empresa proponente.

No entanto, a contratada deverá dispor de equipe técnica adequada para desenvolvimento do objeto, deverá indicar profissional habilitado e devidamente qualificado para o serviço.

Este profissional será o elemento de ligação entre a **Contratada** e a **Contratante** durante a execução do contrato. Será o responsável pela execução de todas as atividades desta contratação bem como documentações necessárias ao perfeito entendimento e execução do objeto contratado, mantendo a uniformidade das informações.

A Contratante poderá solicitar formalmente à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço da mesma, atrelada ao planejamento previsto, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.

Na fase de mobilização de contrato, a critério da **Contratante**, será exigida e avaliada pelo fiscal do contrato, a experiência da equipe técnica conforme item correspondente no Caderno de Especificações, e de empresas subcontratadas, através dos registros na carteira de trabalho, curriculum profissional, cópia(s) de contrato(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o profissional possui a experiência mínima exigida, ininterruptas ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora licitado/contratado. A documentação deverá ser devidamente aprovada pela **Contratante**.

8. GARANTIAS E SEGUROS

8.1. Garantia a execução

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da reunião de kick off, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (dez por cento) do valor total do Contrato. A fiscalização terá 5 (cinco) dias para aprovar a garantia, totalizando 20 (vinte) dias corridos para a formalização da mesma. podendo optar por:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária;
- III. Seguro Garantia.

A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do descumprimento total ou parcial do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos de qualquer natureza causados ao **Contratante** pela **Contratada**, seus empregados ou prepostos;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Sesc em Minas à **Contratada**;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela **Contratada**.

Para fins de recolhimento dos valores da caução, será facultado à Contratada eleger, mediante manifestação formal, conforme disposto na Minuta Contratual, dentre as seguintes opções: CDB pós-fixado ou poupança, conforme condições e bancos que o SESC adota como modalidade para aplicação de valores. A omissão da Contratada no prazo fixado pelas partes implicará na escolha automática da modalidade pelo Sesc Minas.

8.2. Seguro coletivo contra acidente de trabalho

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 15 dias (quinze), contados da data da reunião de kick off, Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho em vigor, devendo a **Contratada** manter ininterrupta sua vigência até a data final de vigência do Contrato, realizando todas as renovações necessárias neste período, contendo as coberturas básicas de morte, invalidez e coberturas adicionais de despesas médicas e hospitalares, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

O Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho deve ter as seguintes coberturas:

- a) Morte e invalidez do segurado;
- b) Despesas médicas e hospitalares.

9. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Para elaboração de aditivos de inclusão de itens não previstos na planilha orçamentária, deverão ser considerados os seguintes critérios:

a) Itens existentes na tabela Sinapi

- Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido a partir da tabela Sinapi, extraído do relatório na respectiva data base prevista na respectiva cláusula de reajuste do contrato;
- Se necessário, serão realizados ajustes nas composições do Sinapi para adequar o serviço às particularidades executivas da obra;
- Sobre o valor do Sinapi incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

b) Itens não existentes na tabela Sinapi, que serão pesquisados em outros sistemas referenciais ou orçados com composição própria

- A instituição utilizará a composição do sistema de referência, realizando os ajustes pertinentes e substituindo os preços dos insumos por aqueles existentes no Sinapi. Para os insumos novos, não existentes no Sinapi, a ordem de elaboração será pela busca em outros sistemas referenciais e no banco de preços governamental, adotando-se o menor preço. Para os insumos que não forem encontrados no banco de preços, haverá pesquisa de mercado, adotando-se o menor preço para obtenção do preço final;
- A composição deverá ser elaborada na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste.;
- No caso da adoção de insumos cotados no mercado, o valor será deflacionado até a respectiva data base prevista na cláusula de reajuste do contrato;
- data-base do orçamento ou último reajuste, pelo índice de reajuste contratual;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

c) Itens de serviços que não se enquadrarem nos itens acima, para os quais não são encontradas equivalência de insumo e/ou composição nos sistemas de referência de preços serão pesquisados no mercado

- A instituição realizará pesquisa de mercado com o máximo possível de prestadores de serviço, adotando-se o preço médio da equalização para obtenção do preço final;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

10. REAJUSTE

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data base da proposta ou último reajuste.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto. Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **Contratada**, não podem ser reajustados.

11. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

O critério de medição dos serviços está detalhado ao final da descrição de cada serviço no Caderno de Especificações fornecido pela **Contratante**.

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência e de acordo com o critério de medição definido no Caderno de Especificações.

Para medição, a **Contratada** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Memórias de cálculo.
- c) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);
- d) Documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas, por amostragem, caso demandado pela fiscalização.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- f) GFIP da CONTRATADA.
- g) Demais documentos específicos afins ao cumprimento do objeto no período, por venturas pendentes no ato da medição (pagamento de parcela atualização de seguros, garantia, ART's/TRT's/RRT's etc.)

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções cabíveis, conforme previsto na Minuta Contratual anexa ao Edital.

A multa **moratória** cobrada pelo contratante poderá ser devolvida, sem qualquer correção, ao final do contrato, caso a contratada cumpra a entrega do objeto contratado no prazo de execução final da obra.

13. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a **Contratada** deverá comunicar à **Fiscalização** a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento definitivo provisório/ definitivo.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a **Contratada** às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A **Fiscalização** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas e demais definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à **Contratada** todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos e despesas para sua correção, dentro do prazo de execução do contrato. Não será admitido o recebimento provisório/ definitivo de serviço inconcluso.

13.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **Contratada**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Nos casos de contratação de projeto, o Termo de Recebimento Provisório poderá não ser emitido, cabendo a emissão direta do Termo de Recebimento Definitivo em até 30 (trinta) dias corridos após a comunicação por escrito da **Contratada** sobre a conclusão do objeto, e desde que o a conclusão do objeto tenha sido aprovada pela **Fiscalização**.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento e na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

- a) Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato;
- b) "Data Book" da obra, com manual de operação, elaborado pelo responsável por sua execução, inclusive "as built", quando aplicável;
- c) Baixa das responsabilidades técnicas e do CNO (registro obrigatório da Receita Federal), quando aplicável;

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

13.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado o funcionamento e produtividade dos equipamentos e/ou instalações e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste Contrato com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **Contratada**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções necessárias, dentro do prazo definido pela **Fiscalização** no respectivo instrumento.

O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a **Contratada** sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

Será exigido da **Contratada** a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

As garantias deverão ser verificadas tendo como referência o Manual de Garantias do Sinduscon-MG, disponibilizado pela **Contratante** à **Contratada** antes da emissão do Termo de Início.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **Contratada**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contatos da comunicação da **Contratada**.

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

14. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

É facultativa a realização de uma visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A **licitante** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

Caso realizada a visita, será emitido o “Atestado de visita técnica” comprovando que a **licitante** a realizou e tomou conhecimento dos locais e condições de execução dos serviços.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h e deverá ser realizada pelo responsável da empresa no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores a sessão de licitação. A **LICITANTE** deverá agendar previamente a visita com o **Sesc em Minas**, através dos contatos: comunicacaogcen@sescmg.com.br - (31) 3279 1405/ 8360.

Para envio de e-mail, identificar no campo assunto, o objeto e o município a que se refere a solicitação.

Quaisquer dúvidas de ordem técnica porventura observadas no local deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, seguindo as orientações presentes no edital.

15. RIENTAÇÕES GERAIS

À **Contratada** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, sendo os critérios de supressão e adição, estabelecidos em conformidade com o estabelecido na resolução nº 1.593 /24 do Sesc.

Todos os documentos (projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária e memorial descritivo) disponibilizados pela **Contratante**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência, do contrato de serviço e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito.

Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da Contratada, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

A Contratada é responsável por atentar e cumprir as condições previstas em edital e seus anexos, independente de quaisquer omissões ou erros por ventura identificados, quanto a comunicação, esclarecimentos e conteúdo dos documentos disponibilizados ao longo da contratação ou execução do contrato, pela comissão de licitação e fiscalização do contrato.

As entregas de impressões de cópias destinadas à análise, aprovação e registro nos diversos órgãos e para o Sesc em Minas, inclusive seus custos, serão de responsabilidade da Contratada, não havendo qualquer tipo de reembolso pelo Sesc em Minas.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.

Os projetos técnicos referentes ao respectivo objeto, conforme listado abaixo, serão disponibilizados às proponentes, para fins de análise do escopo e custos previstos.

It.	DISCIPLINA	Nº FORMATOS
1	SED_24_006001-00605_PE_000_SALA DO CONSELHO	1
	TOTAL	1

A empresa **Contratada** deverá entregar um relatório da situação atual do espaço a ser reformados.